



EDITORIAL

A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA EM DISCUSSÃO

O espaço rural dos países passou por um processo de grandes transformações, considerando-se os avanços e retrocessos que a agricultura manifestou nas últimas sete décadas com o advento da Revolução Verde.

A ideia de que o espaço rural é o *locus* exclusivo das atividades agrícolas, enquanto a indústria e os serviços são atividades do espaço urbano, já não é mais a realidade. A integração entre campo e cidade, hoje, em 2023, é cada vez maior.

Diante desse quadro, faremos destaque para a agricultura familiar que, ao longo do processo histórico, como forma de subsistência (autoconsumo), é uma das atividades mais antigas, praticadas pelo homem. Mesmo tendo perdido importância para o desenvolvimento industrial em sua fase de expansão nos países industrializados, e apesar de estar à margem da agricultura moderna, a agricultura familiar sempre manteve um lugar no contexto do desenvolvimento econômico dos países como supridora de alimentos para o mercado.

No caso brasileiro, uma volta ao passado, torna-se significativa para entender o papel importante da agricultura familiar na produção de alimentos. Assim, no final do século XIX, quando o Brasil era um país eminentemente agrário, uma das mudanças marcantes para a economia brasileira foi a formação e consolidação da pequena propriedade, ocupando os espaços vazios. Sua função era a produção de gêneros alimentícios para a grande propriedade e para a população urbana, que aumentava a cada dia, enquanto os objetivos da grande propriedade eram a monocultura (cana-de-açúcar, café) e a criação de gado.

Adentrando século XX, entre as várias transformações que estavam ocorrendo no espaço rural, destaca-se a política de modernização da agricultura, iniciada na década de 1950, sobretudo na Região Sul do país, com a introdução da cultura da soja. A tônica principal foi a adoção de medidas que vinculassem, de forma cada vez mais estreita, o setor agrícola ao setor urbano - industrial.

O modelo produtivo foi o norte-americano, baseado nos princípios da Revolução Verde. Os países, ao adotarem o referido modelo, tinham como objetivo aumentar os ganhos de produtividade com a introdução da incorporação de novos fatores de produção, com o uso de sementes melhoradas, adubos químicos e defensivos químicos (agrotóxicos), produzidos pelo setor não – agrícola. Críticas foram feitas pelo caráter excludente entre produtos e regiões onde o modelo foi implantado.

Entretanto, é a partir da década de 1970 que as mudanças se tornarão mais significativas, quando a modernização da agricultura chega o Cerrado por meio de projetos governamentais como o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados/Projeto JICA (PRODECER). Diante desse quadro, é importante considerar que a agricultura familiar continuava cumprindo seu papel de fornecedora dos alimentos básicos para a população.

Nos anos 1980, a luta pela terra, com a organização dos assentamentos rurais, foi um marco na consolidação dos novos sujeitos da terra de trabalho, os assentados, e uma nova configuração no espaço rural se delineava em todo o país. Na década de 1990, para fortalecer as pequenas produções e fixar os agricultores no campo, ganharam destaque as discussões contidas no projeto UFT/BRA/036/BRA, *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar* (FAO/INCRA/ago/ 1994). Em 1995 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para auxiliar os agricultores na aquisição de crédito. A criação do programa é uma forma de contribuir para o melhoramento da agricultura familiar. Assim, nessa linha do tempo, a agricultura familiar ganha visibilidade no cenário nacional.

A multifuncionalidade e a pluriatividade são estratégias que a agricultura familiar encontrou para sua (re)existência. A contribuição para a segurança e soberania alimentares das próprias famílias e da sociedade, as funções social e cultural, a função ambiental na preservação dos recursos naturais e da paisagem rural e a função econômica são os múltiplos papéis que podem ser atribuídos à agricultura familiar. Eles possibilitaram (e possibilitam) a reprodução das famílias rurais.

Diante delas, a agricultura familiar tem condições de se materializar de forma agroecológica e sustentável. A sua organização em associações de produtores tem crescido, mesmo que a passo lento, para a divulgação de seus produtos em feiras agroecológicas e tradicionais, uma das atividades mais antigas que têm por objetivo reunir pessoas não só para comprar, mas para conversar, fazer amigos. A divulgação também é feita em gôndolas de supermercados reservadas para esse fim, pela venda de “porta em porta” e também pela certificação dos produtos.

Outro modo de ação foi o incremento do cooperativismo como estratégia para construir um futuro melhor para a agricultura familiar no país. A união dos pequenos agricultores é de fundamental importância para o fortalecimento da agricultura familiar.

Assim, seu reconhecimento a partir dos anos 1990 mostra a necessidade de revitalizar o campo, cada vez mais, e revitalizá-lo é investir em mais políticas públicas que possam proporcionar melhores condições de produção, mas também qualidade de vida para os agricultores.

Primavera de 2023

Vera Lúcia Salazar Pessôa